



ANEXO

AO

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2017

ANEXO

Nota Introdutória

- O Conselho Directivo entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, bem como a sua posição, desempenho financeiro.
- Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.
- As notas não mencionadas não têm aplicação no exercício de 2017.

Nota 1 - Identificação da Entidade

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, foi fundada em 1659 e tendo início fiscal da actividade a 05/01/1959, tem a sede na Rua da Sofia, 114-1º, 3000-389 Coimbra.

A Venerável Ordem tem o CAE 87301-Atividade Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento. O objecto é apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social.

Número médio de empregados ao serviço no período de 2017 foi de 42 colaboradores.

Nota 2 – Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2014 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2016 e 2017.

A adopção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição.

NOTA 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.2. Outras políticas contabilísticas: As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRFESNL.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (*Continuidade*):

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.4. Consistência da apresentação:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.5 — Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.6 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

NOTA 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

4.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente.

Não Aplicável.

NOTA 5 – Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição no período de início de utilização deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas, assim que os bens começam a ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciados.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Vida útil estimada (anos)
Bens Patrim. Hist. Artist. Cult.:	
Imóveis	50 anos
Móveis	6 anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período; bem como uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

		Terrenos e recursos naturais	Bens Patrimônio Hist. Artístico e cultural	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
[1]	Quantia bruta escriturada inicial	156,17	45.735,04	767.867,82	185.039,73	25.755,65	69.345,85	34.866,49	63.733,67	1.192.500,42
[2]	Depreciações acumuladas iniciais	0	20.886,60	356.466,73	173.420,68	25.755,65	67.350,93	21.244,26	0	665.091,85
[3]	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[4]	Quantia líquida escriturada inicial (1-2-3)	156,17	24.848,44	411.401,09	11.619,05	0,00	1.994,92	13.622,23	63.733,67	527.375,57
[5]	Movimentos do período (5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	0	0,00	-3.112,18	3.298,64	0	0	0	0,00	186,46
[5.1]	Total das adições	0	0	2.604,70	4.624,13	0	0	0	0,00	7.228,83
Adições	Aquisições em 1ª mão	0	0	2.604,70	4.624,13	0	0	0	0,00	7.228,83
[5.2]	Total das diminuições	0	0,00	5.716,88	1.325,49	0	0	0	0	7.042,37
Diminuições	Depreciações	0	0,00	5.716,88	1.325,49	0	0	0	0	7.042,37
	Perdas de imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Alienações	0	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0,00
[5.3]	Reversões de perdas por imparidade	0		0	0	0	0	0	0	0,00
[5.4]	Transferências de AFT em curso	0		0	0	0	0	0	0	0
[5.5]	Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	0		0	0	0	0	0	0	0
[5.6]	Outras transferências	0		0	0	0	0	0	0	0
[6]	Quantia líquida escriturada final (4+5)	156,17	24.848,44	408.288,91	14.917,69	0,00	1.994,92	13.622,23	63.733,67	527.562,03
[7]	Quantia de garantia de passivos e/ou titularidade restringida	0		0	0	0	0	0	0	0

NOTA 6 – Activos Intangíveis

6.1 — A entidade deve divulgar para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;
- b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;
- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;
- d) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.

		Projectos de desenvolvimento	Total
	<u>Com vida útil indefinida:</u>		
[1]	Quantia bruta escriturada final	0,00	0,00
[2]	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
[3]	Quantia líquida escriturada final (2-1)	0,00	0,00
	<u>Com vida útil finita:</u>		
[4]	Quantia bruta escriturada inicial	8.143,72	8.143,72
[5]	Amortizações acumuladas iniciais	0,00	0,00
[6]	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00
[7]	Quantia líquida escriturada inicial (4-5-6)	8.143,72	8.143,72
[8]	Movimentos do período (8.1+ 8.2 + 8.3 + 8.6)	0,00	0,00
[8.1] Adições	Total das adições	0,00	0,00
	Aquisições em 1ª mão	0,00	0,00
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	0,00	0,00
	Outras aquisições	0,00	0,00
	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
	Acréscimo por revalorização	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00
	Total das diminuições	0,00	0,00
[8.2] Diminuições	Amortizações	0,00	0,00
	Perdas por imparidade	0,00	0,00
	Alienações	0,00	0,00
	Abates	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00
[8.3]	Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
[8.4]	Transferências de intangíveis em curso	0,00	0,00
[8.5]	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00
[8.6]	Outras transferências	0,00	0,00
[9]	Quantia líquida escriturada final	8.143,72	8.143,72
[10]	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	0,00	0,00

NOTA 7 – Locações

Não aplicável.

NOTA 8 – Custos de Empréstimo Obtidos

Não aplicável.

NOTA 9 – Inventários**9.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:**

a) As políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;
- Sistema de inventário Intermitente ou Forma de Custeio FIFO

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

[1] Inventários Iniciais	3.310,23
[2] Compras	86.718,39
[3] Reclassificação e Regularização de Inventários	0,00
[4] Inventários Finais	2.466,13
[5] Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (1+2-3-4)	87.562,49

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

-Custo das mercadorias vendidas e consumidas: 87.562,49€.

NOTA 10 – Rédito**10.1 Uma entidade deve divulgar:**

a) As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços;
Os réditos associados à prestação de serviços e referente a quotizações, mensalidades e participações de utentes.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo rédito proveniente de:

Período 2017	
	Réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços:	210.706,42
- Quotizações	3.003,09
- Mensalidades	207.703,33
Subsídios	446.229,87
Outros rendimentos	165.628,81
Juros	1.580,13

NOTA 11 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.

Não aplicável.

NOTA 12 – Subsídio do Governo e Apoios do Governo.**12.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:**

a) A política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras;

O subsídio do Governo só é reconhecido desde que haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado;

A natureza dos subsídios são integralmente não reembolsáveis e foram atribuídos pela Segurança Social; IEFP; Doações e Heranças.

Subsídio	Tipo	Dem. Resultados
Subsídios à Exploração	Subsídio Estado e outros entes públicos	389.835,62
	Subsídio de outras entidades	3.394,25
	Doações e Heranças	53.000,00
	Total	446.229,87

NOTA 13 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.

Não aplicável.

NOTA 14 – Imposto Sobre o Rendimento.**14.1 — Devem ser divulgados separadamente:**

As IPSS são isentas de pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Empresas Colectivas (IRC) ao abrigo do artigo 10º, nº1, b) do CIRC.

Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos)	-36.762,02
Imposto Corrente	0,00
Imposto Diferido	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00

NOTA 15 – Instrumentos Financeiros.

Não aplicável.

NOTA 16 – Benefícios Dos Empregados.**16.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano;**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 42 pessoas. Existindo dívida passiva com o pessoal no montante de € 523,48, referente a salário de Dezembro 2017 descontados em Janeiro de 2018.

16.2 — Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro;

Não subsistiu qualquer alteração dos membros dos órgãos directivos no período de relato financeiro.

16.3 — Informação sobre as remunerações dos órgãos directivos;

Os órgãos directivos não recebem remunerações.

Gastos com o pessoal	573.388,67
Remunerações do pessoal	465.271,54
Encargos sobre remunerações do pessoal	101.172,51
Seguro de acidentes de trabalho	4.276,23
Outros gastos com pessoal	2.668,39

NOTA 17 – Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.

Nos termos do decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Obrigações contabilísticas e fiscais em Euros, definidas no Dec-Lei nº 138/98 de 16 de Maio.

NOTA 18 – Outras Informações Relevantes.


Outros Quadros relevantes:

- Fluxos de Caixa

	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	208.557,24	208.170,34	386,90
Depósitos à ordem	1.301.062,29	1.271.415,88	29.646,41
Outros depósitos	549.396,36	211.020,92	338.375,44

- Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	193.416,54
Subcontratação	
Serviços especializados	84.094,46
- Trabalhos especializados	15.835,13
- Publicidade	
- Vigilância e segurança	
- Honorários	47.694,11
- Comissões	
- Conservação e reparação	20.300,12
- Serviços bancários	60,40
- Outros	204,70
Materiais	8.736,39
Energia e fluidos	42.791,91
- Eletricidade	24.228,42
- Combustíveis	763,36
- Gás	9.586,35



- Água	8.213,78
Deslocações e estadas	3.252,40
Transporte de mercadorias	
Serviços diversos	34.002,12
- Rendas e alugueres	0,00
- Comunicações	3.269,66
- Seguros	7.256,11
- Royalties	
- Contencioso e notariado	0,00
- Representação	
- Limpeza e higiene	23.476,35
- Outros serviços	
Descontos e abatimentos diversos	

- Informação por actividades económicas**Atividade CAE – Rev 3**

Vendas	0,00
Prestação de serviços	210.706,42
Compras	86.718,39
Fornecimentos e serviços externos	167.815,38
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	87.562,49
Número médio de pessoas ao serviço	42
Gastos com o pessoal	573.388,67
- Remunerações	465.271,54
- Outros	108.117,13
Quantia escriturada líquida final Activos Fixos Tangíveis	463.828,36

	Interno	Intracomunitário	Extracomunitário
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	210.706,42	0,00	0,00
Compras	86.718,39	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	167.815,38	0,00	0,00

- Outros Rendimentos e Ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	Rendimentos Suplementares	58.365,45
	Rendim. Ganhos Invest. não Financ.	50.000,00
	Restituição Imposto	9.194,00
	Donativos	37.523,59
	Peregrinações	8.697,50
	Outros não especificados	1.848,27
	Total	165.628,81

- Outros gastos e perdas

Impostos	Impostos diretos	2.268,15
	Impostos Indiretos	21.132,03
	Taxas	1.698,16
	Outros	0,00
Total		25.098,34

- Gastos e rendimentos financeiros**Rendimentos Financeiros**

Depósitos obtidos	1.580,13
-------------------	----------



VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DA PENITÊNCIA S. FRANCISCO

Contribuinte: 501064044
Moeda: EUR

Balanco em 31 de Dezembro de 2017

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	527.562,03	527.375,57
Propriedades de Investimento	5	359.127,99	359.127,99
Activos Intangíveis	6	8.143,72	8.143,72
Investimentos Financeiros	15	2.067,49	1.306,17
		896.901,23	895.953,45
Activo corrente			
Inventários	9	2.466,13	3.310,23
Activo Corrente			
Clientes	3	56.087,14	41.452,29
Adiantamentos a fornecedores	3	0,00	5.874,39
Estado e outros entes publicos	15	27.148,63	14.883,48
Fundadores/Pat/Doadores/Assoc/Memb	3	73.598,01	62.955,16
Outras contas a receber	4	95.500,00	150.849,18
Diferimentos	4	17.290,57	14.538,25
Caixa e depósitos bancários	3	368.408,75	364.859,78
		640.499,23	658.722,76
Total do ACTIVO		1.537.400,46	1.554.676,21
CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundos	14	418.800,00	418.800,00
Resultados Transitados	14	564.067,62	600.350,83
Outras variações no capital próprio	14	436.352,27	489.352,27
Resultado liquido do período	4	-36.762,02	-36.283,21
Total do Capital Próprio		1.382.457,87	1.472.219,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo Corrente			
Fornecedores	3	58.096,44	42.518,18
Estado e outros entes públicos	15	10.063,29	11.910,42
Outras Contas a Pagar	3	36.782,86	28.027,72
Diferimentos	4	50.000,00	0,00
		154.942,59	82.456,32
Total do Passivo		154.942,59	82.456,32
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.537.400,46	1.554.676,21

O Contabilista Certificado



A Direcção

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA P. DE S. FRANCISCO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Contribuinte: 501064044

Moeda: EUR

PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTA S	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	3	210.706,42	221.569,92
Subsidios à exploração	11	446.229,87	435.800,69
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-87.562,49	-101.617,16
Fornecimentos e serviços externos	3	-167.815,38	-193.416,54
Gastos com pessoal	3	-573.388,67	-551.529,15
Outros rendimentos e ganhos	3	167.208,94	186.319,42
Outros gastos e perdas	3	-25.098,34	-27.116,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-29.719,65	-29.989,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-7.042,37	-6.293,47
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-36.762,02	-36.283,21
Resultado antes de impostos		-36.762,02	-36.283,21
Imposto sobre rendimento do período	14	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-36.762,02	-36.283,21

O Contabilista Certificado



A Direcção